

**ACORDO QUE, ENTRE SI, FAZEM, DE UM LADO O SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO, inscrito no CNPJ sob o nº 33.654.237/0001-45, e, de outro lado, o SESC – AN, inscrito no CNPJ n.º 33.469.164/0001-11, representado por seu advogado, Fernando Barreto Ferreira Dias, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ n.º. 9.210, na data-base de 1/4/2015, mediante as seguintes cláusulas:**

**Cláusula 1ª: Reajuste Salarial:**

O salário inicial da tabela salarial dos professores da Escola do SESC - AN serão corrigidos, a partir de 1º de fevereiro de 2015, pelo percentual de 7,5% (sete virgula cinco por cento), incidentes sobre o salário devido em 30 de janeiro de 2015.

Parágrafo único – A data-base, para fins de reajuste de salário e para revisão dos acordos coletivos de trabalho dos professores do SESC – AN, é alterada para 01º de fevereiro.

**Cláusula 2ª - Revisão Salarial Superveniente**

No caso de ocorrência de fatos ou mudanças de lei salarial em data superveniente à da data da assinatura do presente acordo, com efeitos incidentes sobre o presente, as partes se comprometem a restabelecer o processo de livre negociação, objetivando examinar, analisar e estabelecer alternativas de procedimentos capazes de, na prática e efetivamente, proporcionar soluções para os problemas que se mostrem presentes,

especialmente quando oriundos da interpretação de normas legais futuras que venham a ser editadas sobre a matéria.

### **Cláusula 3ª - Repouso Semanal Remunerado**

O valor do repouso semanal não poderá estar incluso no salário-aula, calculando-se o valor do repouso semanal sobre o salário-aula.

### **Cláusula 4ª - Pisos Salariais**

O piso salarial dos professores do SESC-AN, em 1º de fevereiro de 2015, para turmas com até 20 alunos será corrigido consoante o disposto na cláusula primeira deste acordo.

### **Cláusula 5ª - Salário Contratação**

Não se poderá, sob quaisquer justificativas, contratar professor com salário-aula inferior ao da faixa inicial fixada para esse cargo, que servirá de base para eventual cálculo de adicional de insalubridade.

### **Cláusula 6ª - Notificação de Dispensa do Professor**

O SESC-AN, quando não desejar manter o contrato de trabalho do professor no início do ano letivo seguinte, deverá notificá-lo, até 31 de dezembro, desde que não seja legalmente prorrogado o respectivo período escolar, da data em que começa o aviso prévio legal, sob pena de pagar ao

**professor uma multa correspondente aos salários dos dois últimos meses, sem prejuízo dos direitos assegurados na CLT e na legislação complementar.**

**6.1 - A referida multa não se aplicará aos professores que tenham seus contratos rescindidos no curso do período letivo, a partir do início do 2º mês.**

**6.2 - O professor que, por qualquer razão, deixar de cumprir suas obrigações contratualmente assumidas, após ter recebido o comunicado do empregador a que se refere o caput desta Cláusula, não perceberá a respectiva multa, sem prejuízo das demais cominações legais.**

**6.3 - Cumpre ao professor comunicar, contra recibo, ao SESC-AN, qualquer mudança de endereço.**

**6.3.1 – Reputar-se-ão válidas as notificações enviadas para o endereço constante da ficha de registro de empregado assinada pelo professor.**

### **Cláusula 7ª - Habitação**

**7.1 - Regras para ocupação, utilização e desocupação da habitação fornecida a serem seguidas pelo SESC-AN são as seguintes:**

**7.1.1 - Fica vedada, durante a vigência do contrato de emprego, a transferência do professor para outro imóvel que não aquele que lhe foi destinado, salvo se for do interesse do projeto pedagógico.**

**Parágrafo único – Como interesse do projeto pedagógico se entende a mudança nas atribuições e na dinâmica da tutela. Como, por exemplo, a mudança de professor tutor para não tutor.**

**7.1.2 - Fica vedada a co-habitação seja com outro professor ou qualquer outra pessoa residente na escola, no imóvel destinado ao professor, salvo se consensual.**

**7.1.3 - A desocupação a critério do SESC do imóvel fornecido poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:**

**7.1.3.1 – Rescisão ou extinção do contrato de trabalho do professor por qualquer motivo.**

**Parágrafo 1 – Ocorrendo a rescisão do contrato de trabalho, o prazo para desocupação do imóvel é de 30 (trinta) dias após a ruptura do contrato de trabalho do professor, sendo admitida a extensão deste prazo por mais 30 dias, no máximo, mediante requerimento do professor neste sentido, no prazo de 10 dias antes do término dos 30 dias iniciais.**

**Parágrafo 2 - O SESC-AN pagará ao professor que teve o seu contrato de trabalho rescindido sem justa causa, uma ajuda de custo, para fazer frente a sua mudança, em valor equivalente a dois salários-base.**

**7.1.3.2 – Afastamento do Professor, em virtude de concessão de auxílio doença ou acidente de trabalho, e por motivo de obrigações legais ou encargos públicos, exceto mandato eletivo, ou por impossibilidade de habitação de imóvel, sem culpa do professor.**

**Parágrafo 1º** – Nas hipóteses acima, o SESC-AN se obriga a disponibilizar imóvel em dimensões suficientes para a moradia do professor e de sua família, se com ela residir na habitação, preferentemente em local próximo a sede da Escola SESC-AN, pelo prazo de 06 (seis) meses.

**Parágrafo 2º** – Caberá ao SESC-AN a responsabilidade pelas despesas integrais de mudança, que será realizada na hora fixada pelo professor, no prazo de 30 dias após a ciência pelo SESC-AN da concessão do benefício previdenciário.

## **7.2 – Natureza do Benefício**

**7.2.1** - A habitação concedida aos professores-residentes pelo SESC – AN, na própria Escola, será a título gratuito.

**7.2.2** – A habitação concedida não é considerada salário para nenhum efeito legal, não se incorporando, de nenhum modo, ao contrato de trabalho do professor.

**7.2.3** – O professor arcará com as despesas de luz, gás e água, mediante o pagamento de taxa mensal cujo valor será fixado, a cada seis meses, pelo SESC-AN.

**7.2.4** – O pagamento da conta de telefone será de inteira responsabilidade do professor.

### **Cláusula 8ª - Notificação / Pedido de Demissão**

O professor, quando não desejar manter o contrato de trabalho no início do ano letivo vindouro, deverá notificar o SESC-AN até 31 de dezembro, desde que não seja legalmente prorrogado o respectivo ano letivo escolar, da data em que começa o aviso prévio legal.

### **Cláusula 9ª - 13ª Salário**

O SESC-AN pagará, a título de adiantamento, 50% (cinquenta por cento) do 13º salário até o dia 30 de novembro, independentemente de solicitação do professor.

### **Cláusula 10ª - Pagamento do Salário / FGTS**

O pagamento do salário do professor será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

**10.1-** Obriga-se o SESC a fornecer documento com a especificação das verbas que compõem a remuneração mensal.

**10.2** - No ato de rescisão contratual, será fornecido ao professor demonstrativo de recolhimentos feitos ao FGTS.

### **Cláusula 11ª - Estabilidade Provisória / Gestante**

À professora gestante será assegurada a estabilidade por 90 (noventa) dias a contar do término do auxílio maternidade.

### **Cláusula 12ª – Descontos de Faltas Gala - Luto:**

Não serão descontadas no decurso de 9 (nove) dias, as faltas observadas por motivo de gala e de luto, em consequência de falecimento de filhos; enteados; cônjuge; companheiro ou companheira; do pai e da mãe do professor.

### **Cláusula 13ª - Habilitação Profissional**

Na contratação de professores e no exercício do magistério, o SESC-AN observará rigorosamente os requisitos de habilitação profissional.

### **Cláusula 14ª - Informações do SINPRO-RIO**

Será permitida a circulação de informações orientadas pelo Sindicato no interior da ESCOLA SESC-AN, assegurando, no mínimo, o uso de quadros de aviso para divulgação de material sob a responsabilidade do Sindicato e o acesso dos seus diretores para o desempenho de suas atividades, mediante prévia autorização do diretor da Escola.

### **Cláusula 15ª - Função de Professor**

Não será permitida, sob qualquer hipótese, a contratação de recreador, técnico, instrutor para exercer a função de professor.

### **Cláusula 16ª - Calendário Escolar**

O SESC-AN fornecerá ao professor, no início de cada ano ou semestre letivo, o calendário de suas atividades escolares devendo nele constar também o período de recesso, sujeito a alterações no decorrer do ano letivo.

### **Cláusula 17ª - Dia do Professor**

O dia 15 de outubro, Dia do Professor, será reconhecido feriado escolar, conforme legislação em vigor.

### **Cláusula 18ª - Relação de Professores**

Obriga-se o SESC-AN a remeter ao sindicato profissional, uma vez por ano, a relação dos empregados pertencentes à categoria, preferencialmente, por meio de arquivo digital.

### **Cláusula 19ª - Desconto Refeição**

O SESC-AN descontará do professor as refeições realizadas, segundo ordem de serviço que fixa o preço das mesmas, sendo o vedado desconto das refeições não consumidas.

### **Cláusula 20ª – Atendimento**

O atendimento dos alunos, pelo professor, fora da sua carga horária semanal será considerado uma atividade extraordinária, para todos os efeitos previstos na lei e neste acordo.

### **Cláusula 21ª - Gratuidade cursos e outras atividades**

O SESC AN garantirá aos professores e seus dependentes, integral gratuidade na utilização das dependências esportivas e culturais da escola, bem como nos cursos e nas aulas de idiomas oferecidos aos demais servidores.

### **Cláusula 22ª - Estabilidade Pré Aposentadoria**

Nos vinte e quatro meses que antecedem à aposentadoria, nos seus prazos mínimos, o professor que tiver no mínimo 05 anos de prestação de serviços ao SESC-AN, não poderá ser demitido.

**Parágrafo único** - O SESC – AN, também, não poderá reduzir a carga horária e/ou alterar a função antes exercida pelo mesmo, salvo casos em que tal alteração interessar ao professor.

### **Cláusula 23ª - Cursos de Pós Graduação, Mestrado e Doutorado**

O SESC – AN se obriga a compatibilizar os horários de aulas ministradas por seus professores, com o horário de frequência decorrentes de matrícula dos docentes em cursos de Pós Graduação, Mestrado ou Doutorado.

#### **Cláusula 24ª – Comissão Paritária**

Fica mantida a Comissão Paritária integrada por 08 (oito) membros, sendo 04 (quatro) do Sindicato e 04 (quatro) do SESC-AN constituída com o objetivo de debater a jornada de trabalho a ser cumprida pelos professores.

#### **Cláusula 25ª – Sobreaviso**

O SESC-AN pagará aos professores adicional de sobreaviso, na base de 25%, incidentes sobre o total mensal do salário-hora, acrescido do repouso semanal remunerado, enquanto permanecer na Escola, após o cumprimento de sua jornada contratual, a fim de ficar à disposição do empregador para a hipótese de, em qualquer momento, lhe ser determinado trabalho relacionado com as suas funções.

#### **Cláusula 26ª - Contribuição Assistencial**

O SESC-AN descontará no pagamento do salário dos professores, no mês imediatamente seguinte ao da celebração do Acordo ou julgamento do Dissídio, a importância equivalente a 3% (três por cento) incidente sobre o valor dos salários devidos no mês de fevereiro de 2015, já reajustado na forma estabelecida neste Acordo, a título de contribuição assistencial, sendo que tais importâncias serão

recolhidas e depositadas na conta corrente nº 16.606-5 do Banco do Brasil, agência 3520-3, com remessa ao Sinpro-Rio da relação dos professores descontados, até cinco dias após o desconto.

§ 1º - Ficará assegurado ao professor o direito de prévia oposição ao desconto devido a título de contribuição assistencial, aprovado pela Assembléia da categoria, no prazo de vinte dias contados da data da assinatura do acordo, manifestada direta e pessoalmente na sede ou subsedes do Sinpro-Rio.

§ 2º - Findo o prazo previsto no item anterior, competirá ao Sinpro-Rio remeter ao SESC-AN, em setenta e duas horas, a relação dos professores que manifestarem oposição ao recolhimento da contribuição assistencial, de forma a não proceder, em seus salários, ao desconto estabelecido nesta Cláusula.

#### **Cláusula 27ª – Saúde do Professor:**

Fica constituída uma Comissão Paritária integrada por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) do Sinpro-Rio – Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região e 03 (três) do SESC, com o objetivo de estabelecer medidas preventivas que visem resguardar as condições de trabalho e saúde dos professores.

#### **Cláusula 28ª – Assédio Moral**

O SESC se compromete a evitar a prática de assédio moral, através de medidas preventivas, em suas unidades.

**Parágrafo Único** – As partes acordantes se comprometem a realizar palestras com a participação de especialistas no assunto, com o fim de coibir o assédio moral nos locais de trabalho.

### **Cláusula 29ª – Delegado Sindical**

As figuras de 01 Delegado Sindical e de 01 Suplente, criadas por este instrumento, serão exercidas por professores, eleitos entre seus pares, com mandato de duração de 01 ano.

§ 1º - Ao Delegado Sindical é garantido o emprego, enquanto durar o seu mandato, só podendo, assim, ser demitido, por justa causa.

§ 2º - O professor eleito Delegado Sindical não poderá ser reeleito.

### **Cláusula 30ª – Horário dos residentes**

Os professores residentes trabalharão em jornada de 08 horas, perfazendo 44 horas semanais, com os seguintes intervalos:

**30.1** – O SESC – AN concederá aos professores intervalo de 1 (uma) horas para descanso, após trabalharem 4 (quatro) horas corridas.

**30.1.1** – Os professores poderão eventualmente trabalhar no turno da manhã, até, no máximo, 5 (cinco) horas, corridas ou não, sendo-lhes, logo após, concedido intervalo para descanso.

**30.2** – Além do descanso previsto nos itens 30.1 e 30.1.1 supra, o SESC – AN concederá, ainda, intervalo de, no mínimo, 15 (quinze) minutos para lanche, no turno da manhã e no da tarde.

### **Cláusula 31ª – Jornada dos não residentes**

Os professores não residentes ministrarão, no máximo, 6 (seis) aulas por dia, podendo complementar a grade diária no desenvolvimento de outras atividades pedagógicas (reuniões, oficina, planejamento, etc.), sem limitação com relação a essas atividades.

**Parágrafo Único** - Os professores poderão eventualmente trabalhar até, no máximo, 5 (cinco) horas, corridas ou não, sendo-lhes, logo após, concedido intervalo para descanso.

### **Cláusula 32ª – Faixas Salariais**

A partir de 1º de abril de 2014 o SESC – AN estabeleceu faixas salariais para o cargo de professor com intervalo de 6% (seis por cento) entre as mesmas, até o máximo de 6 (seis), obedecidas as regras do Plano de Cargos e Salários.

### **Cláusula 33ª – Benefícios**

Os benefícios (habitação, alimentação, auxílio creche, bolsas de estudo, assistência médica, complementação de aposentadoria, seguro de vida, auxílio funeral etc.) concedidos pelo SESC-AN, ainda que não constem de Acordos Coletivos firmados com este Sindicato, não são considerados, para nenhum efeito

legal, salário indiretos, pois não se destinam a retribuir a prestação de serviços dos servidores.

### **Cláusula 34ª – Habitação**

A habitação fornecida, a título gratuito, pelo SESC-AN a alguns servidores que ocupam cargos de gestão, para morarem nas cercanias das sedes a fim de melhor exercerem suas funções, não é considerada salário *in natura*, para nenhum efeito legal, pois não se destina a retribuir prestação de serviço.

### **Cláusula 35ª – Auxílio Creche**

O SESC-AN concederá auxílio creche a seus servidores, homens e mulheres, até o mês em que a criança completar 6 (seis) anos, 11 meses 29 dias de idade, até o limite máximo de R\$ 484,00 (quatrocentos e oitenta e quatro reais) observado disposto em norma interna, que não é considerado salário *in natura*, para nenhum efeito legal, pois não se destina a retribuir prestação de serviço.

### **Cláusula 36ª – Vigência**

Este instrumento de acordo terá vigência de um ano, a contar de 1º de fevereiro de 2015.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2015

**Oswaldo Luis Cordeiro Teles**  
**Presidente do SINPRO-RIO**

**Rita de Cássia S. Cortez**  
**Assessora Jurídica do SINPRO- RIO**

**P/ Presidente do SESC – AN**  
**Fernando Barreto Ferreira Dias**  
**Advogado do SESC – AN**